

Brasília-DF



ROSANA HESSEL (INTERINA COM EDUARDA ESPOSITO)

rosanahessel.df@dabr.com.br

Contas no vermelho

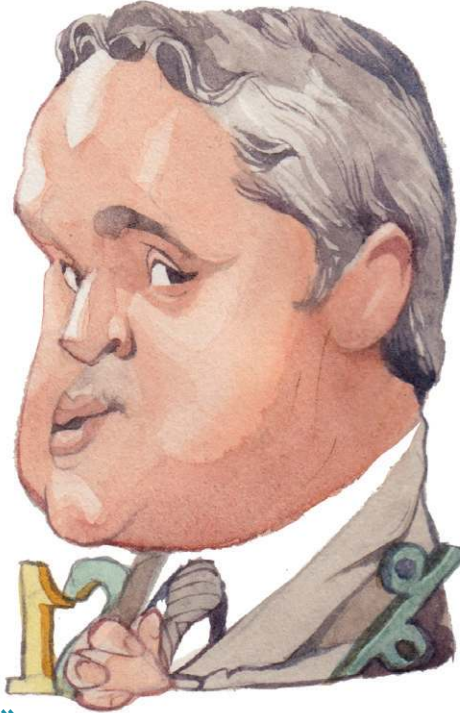
Enquanto o Orçamento de 2026 segue sem definição, o quadro das contas públicas está cada vez mais preocupante. Pelas novas projeções de Felipe Salto, economista-chefe da Warren Investimentos, a meta fiscal de 2026 precisará ser ajustada em R\$ 38,7 bilhões, uma vez que a receita do Ploa está superestimada e as despesas estão subestimadas. A peça orçamentária enviada ao Congresso prevê um rombo fiscal de R\$ 23,3 bilhões e só há o cumprimento da meta devido ao abatimento de R\$ 58,7 bilhões em precatórios (dívidas judiciais). Felipe estima um rombo das contas públicas de R\$ 96,6 bilhões, em 2026, superior ao previsto para este ano, de R\$ 73,4 bilhões — e, considerando o mesmo abatimento de precatórios, “ainda seriam necessários R\$ 38,7 bilhões para o governo fechar as contas”.

Dívida explosiva

E, como o governo não deve conseguir zerar o rombo das contas públicas tão cedo, a dívida pública deve seguir crescendo, podendo chegar a 100% do PIB em 2030, pelas novas estimativas da Warren Investimentos — acima das previsões do Fundo Monetário Internacional (FMI), de 98,1% do PIB. “Nossa avaliação, nessa nova rodada de atualizações de projeções, é de reforço ao cenário de necessidade de alteração da meta de resultado primário do ano que vem”, afirmou Felipe Salto à coluna. Conforme avalia, essas estimativas não consideram apenas a derrota do governo na votação da Medida Provisória (MP) 1.303/2025, de medidas complementares ao Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), mas de todas as outras incertezas que permeiam o projeto de Orçamento para 2026. Segundo Felipe, a dinâmica das receitas ainda é positiva, “mas a desaceleração já está em curso e isso também vai dificultar a entrega do compromisso pretendido no PLDO”.

Orçamento na berlinda

A votação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2026 segue sem data definida na Comissão Mista de Orçamento (CMO) do Congresso. A LDO traça as linhas mestras do Orçamento e deveria ter sido aprovada em julho — antes do recesso parlamentar, como é a praxe. A expectativa era de que o relatório do PLDO de 2026 fosse analisado hoje na comissão, mas a sessão para apreciação foi adiada pela terceira vez apenas neste mês. De acordo com o presidente da CMO, senador Efraim Filho (União-PB), foi o governo quem pediu o adiamento “devido a incertezas sobre aumentos de impostos e dificuldades em corte de gastos”. “Nova data a definir, ainda de acordo com o encaminhamento do governo”, acrescentou o parlamentar, que alertou sobre os riscos de mais uma postergação. “O nosso alerta é que esses atrasos em sequência colocam em risco a agenda de votação do Orçamento para 2026. E, caso atrase, isso é notícia ruim para o governo, para o Congresso e, pior, para o Brasil”, afirmou Efraim à coluna.



O projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) de 2026, enviado no fim de agosto ao Congresso, mal para em pé. Isso porque as projeções são otimistas e a meta fiscal, de um superavit primário de R\$ 34,3 bilhões — ou 0,25% do Produto Interno Bruto (PIB) — segue sendo impossível de ser cumprida. Tanto que o consenso entre analistas do mercado é de que a meta precisará ser alterada pelo governo no PLDO que ainda não foi votado.

Tapa-buraco

Depois do enterro da MP 1.303/2025 no Congresso, o governo vem quebrando a cabeça para encontrar novas fontes complementares de receita. E, pelo visto, a expectativa é de que ele envie ao Congresso, nos próximos dias, duas propostas para tapar o buraco deixado pela MP no Orçamento. Uma delas será para tributar as fintechs e aumentar para 18% a taxação das bets. Outra, para “contenção” de gastos, segundo o líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (PT-AP). Ele acha de bom tom separar os temas e afirma que a proposta de corte deverá seguir a linha do que foi pacificado na medida provisória de compensação do IOF.

Bets na mira

A insistência do governo em taxar as bets — que não ajudam o PIB do país crescer — é positiva, na avaliação de Felipe Salto. “O governo está certo em insistir na tributação das bets”, afirmou. O economista acredita que o governo deve ressuscitar e reaproveitar temas contidos na MP 1.303 que têm maior apelo, mas “isso não será suficiente”. “Será preciso ir além do pretendido com aquela iniciativa. Um projeto importante é o do deputado José Guimarães (PT-CE), enviado no dia do encaminhamento do PLOA ao Congresso, que trata do corte de benefícios e de gastos tributários. As emendas parlamentares também deveriam entrar na dança. Mas duvido muito que isso aconteça a essa altura do campeonato”, afirmou.

CONGRESSO / Análise do relatório corre o risco de ficar para perto do recesso parlamentar e atrasar a liberação de emendas

Adiamento da LDO pressiona cronograma

» DANANDRA ROCHA
» WAL LIMA

A análise do relatório final da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2026 voltou a ser adiada na Comissão Mista de Orçamento (CMO), em decisão confirmada ontem. O adiamento, solicitado pelo governo, amplia o impasse político e fiscal no Congresso e acende o alerta sobre o cronograma de votação do Orçamento do próximo ano. A expectativa era que o documento fosse votado hoje no colegiado e encaminhado ao plenário, na quinta-feira, na sessão conjunta do Congresso. Agora, há a possibilidade de que a peça orçamentária seja empurrada para perto do recesso parlamentar, em dezembro, e comprometer a liberação de emendas parlamentares.

Para o presidente do Congresso, Davi Alcolumbre (União-AP), o adiamento foi necessário para “garantir segurança na negociação”. O gesto, no entanto, foi interpretado por parte dos parlamentares como uma

estratégia para evitar nova derrota do governo, já pressionado por impasses no Orçamento e nos vetos à Lei Geral do Licenciamento Ambiental — originária do chamado “PL da Devastação” e que recebeu vários vetos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Para o deputado Pauderney Avelino (União-AM), o governo enfrenta dificuldades de fechar a conta da meta fiscal do próximo ano e esse atraso pode piorar ainda mais essa situação. “Precisa conseguir um adicional de R\$ 20 bilhões na arrecadação ou cortar despesas nesse montante para cumprir o arcabouço fiscal. O atraso para a votação da LDO de 2026, caso se prolongue, pode prejudicar o Executivo, pois limita novos investimentos, atrasa obras e repasses a estados e municípios, e pode complicar ainda mais a já frágil relação com o Congresso”, advertiu.

Da parte dos governistas, a deputada Maria do Rosário (PT-RS) lembrou, também, que atrasos recorrentes impactam a execução de políticas públicas. “O Orçamento de

2025 atrasou muito e só foi votado neste ano. Isso não pode se repetir. Essa peça é fundamental para organizar o país e afeta diretamente áreas como saúde, educação e assistência social”, destacou.

Ela salientou que 2026 será um ano eleitoral, o que exige atenção ao calendário de repasse de recursos. “As liberações precisam ocorrer dentro do prazo legal, antes do período eleitoral. Se o Orçamento só for votado em 2026, teremos um atraso geral em tudo que é importante para o país”, advertiu, acrescentando que há conversas em curso para reduzir riscos de novo adiamento.

“Nosso papel é mostrar à população que o Congresso não é inimigo do povo. Mas parte da oposição tem agido de forma irresponsável com os interesses nacionais”, criticou.

A origem do adiamento está na incerteza aberta pela derrota da Medida Provisória (MP) 1.303/25, que previa aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). Assim, a equipe econômica tenta recompor

Diogo Zacarias/MF



Haddad: críticas à política fiscal é porque o governo ataca o deficit colocando o “andar de cima” na conta

o caixa e ajustar o texto da LDO sem comprometer o arcabouço fiscal.

“Bolsa-empresário”

Ontem, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, atacou setores do Congresso — como a oposição bolsonarista, que comemorou a derrota da MP do IOF, e parte do Centrao — afirmando que as reclamações que costumam ser feitas em relação à política fiscal do governo ocorrem porque o Palácio do Planalto decidiu reduzir o déficit público mirando o “andar de cima”, e não os mais pobres.

“Faço questão de terminar dizendo uma coisa importante. Vocês ouvem falar muito da questão fiscal, que o governo gasta muito, que o governo

só pensa em taxar bet e banqueiro. Quero dizer, presidente (dirigindo-se a Lula): o senhor vai terminar o mandato com o melhor resultado fiscal desde 2015”, garantiu Haddad, ao participar do lançamento do programa Reforma Casa Brasil.

O ministro acrescentou que as reclamações sobre o fiscal ocorrem porque, pela primeira vez, um governo resolveu diminuir o déficit público cortando o que chamou de “bolsa-empresário”. “Não cortando dos de baixo, não com quem precisa de moradia, não com quem vive de salário mínimo, não do aposentado — não. Dessa vez, a gente viu um espaço importante para cortar o chamado gasto tributário, que vem a ser o seguinte: aqueles que moram na cobertura e não pagam

condomínio. Essas pessoas foram chamadas a contribuir com a redução do déficit fiscal”, afirmou.

Michele Aracaty, economista e presidente do Conselho Regional de Economia de Amazonas e Roraima (Corecon-AM/RR), alerta que o impasse na votação da LDO prejudica o Orçamento de 2026. “Gera uma grande dificuldade grande no que tange o aspecto da gestão, pois, formalmente, inexistente autorização legislativa que possa embasar a realização de gastos, o que prejudica principalmente o Poder Executivo. Ou seja: entramos num processo de impasse e o momento em que a máquina pública fica, de certa forma, engessada, o que é bem complicado para o governo e muito ruim para a economia”, lamentou. (Com Agência Estado)

Crítica à taxaço de dividendos para compensar isenço de IR

A Câmara Americana de Comércio para o Brasil (Amcham Brasil) e outras quatro entidades divulgaram nota conjunta, ontem, para manifestar divergência quanto à alíquota de 10% sobre o envio de dividendos a partir do Brasil para empresas estrangeiras. O dispositivo foi introduzido no projeto de lei, apresentado pelo governo, que

amplia a faixa de isenção do Imposto de Renda de quem ganha até R\$ 5 mil mensais (PL 1.087/25).

O texto está em análise no Senado e, segundo o relator da matéria, senador Renan Calheiros (MDB-AL), deve ser apenas aperfeiçoado para que seja aprovado rápido e vá à sanção presidencial a tempo de aplicado já para 2026.

“A correção da tabela progressiva para pessoas físicas com menor renda é medida importante e necessária para conferir justiça fiscal e contribuir para redução de desigualdades no país. Contudo, a compensação, tal como a justificativa do governo no envio do projeto ao Congresso, deve se restringir às pessoas físicas

de alta renda e não onerar investimentos produtivos de empresas que já enfrentam carga elevada no País”, dizem as entidades. Também assinam a nota a Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca); a Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB); a Câmara Britânica de Comércio e Indústria no Brasil

(Britcham); e o Grupo de Estudos Tributários Aplicados (Getap).

As entidades sustentam que, ao exigir o cálculo de toda a carga pelas empresas para obtenção de créditos, o sistema tributário sobre a renda no Brasil se tornará mais complexo, na contramão das boas práticas internacionais de redução do IR corporativo. “A

introdução dessa taxaço também inibe o ingresso de capitais estrangeiros em um momento de forte disputa internacional por investimentos, com potencial de trazer desequilíbrio nas contas externas e, consequentemente, obrigar o Banco Central a elevar ou manter elevada a taxa de juros”, observam.